

PANDEMIA COVID-19: LEITURAS A PARTIR DA SOCIEDADE DOS RISCOS E DAS INCERTEZAS

COVID-19 pandemic: readings from the society of risks and uncertainties

Manuel Menezes¹

Resumo

O artigo reflete sobre a utilidade da semântica do risco para a compreensão do contexto pandêmico da COVID-19. Discute a teoria da sociedade de risco desenvolvida por BECK e complementada por GIDDENS, buscando salientar como as metamorfoses da natureza dos riscos, desvelam como traços fortes da contemporaneidade não só o aumento profuso dos riscos induzidos pela tecnociência (gerados socialmente), mas também, em consequência dos efeitos secundários incontrolados e imprevistos desse processo, a proliferação de uma incerteza ubíqua que, concomitantemente, coloca em causa a noção de risco enquanto algo objetivamente calculável e gera um estado de ansiedade e vigilância perpétuos. Partindo do binómio liberdade vs. segurança, tecemos algumas considerações sobre o modo como: (i) a ação humana, no mesmo processo em que buscou tornar os medos menos assustadores, acabou por produzir perigos mais ubíquos de que o SARS-CoV-2 pode, quiçá, ser considerado um exemplo; (ii) a maior ou menor confiança depositada na ciência, nos sistemas periciais, políticos, tende a influenciar as representações dos indivíduos relativamente à sua capacidade de lidar com os perigos associados à COVID-19; (iii) as perspectivas construtivista/sociocultural vs. objetiva/realista do risco podem revelar a sua utilidade na compreensão das distintas atitudes comportamentais (prudentes vs. incautas) ante os riscos e as medidas que, paulatinamente, têm sido adotadas para os combater. A análise permite concluir que o SARS-CoV-2 consubstancia um perfil de risco típico da modernidade tardia, e evidencia as influências da problematização das questões da segurança/liberdade e da percepção dos riscos na ação/reação dos indivíduos no contexto estudado.

Palavras-chave: Riscos; COVID-19; Pandemia; Liberdade; Segurança.

Abstract

The paper reflects on the usefulness of risk semantics for understanding the COVID-19 pandemic context. It discusses the theory of risk society developed by BECK and complemented by GIDDENS, seeking to highlight how the metamorphoses of the nature of risks reveal strong traits of contemporary not only the profuse increase in risks induced by technoscience (socially generated) but also, as a consequence of the uncontrolled and unforeseen secondary effects of this process, the proliferation of a ubiquitous uncertainty that, at the same time, question the notion of risk as something objectively calculable and generates a state of perpetual anxiety and vigilance. Starting from the binomial freedom vs. safety, we make some considerations about how: (i) human action, in the same process in which it sought to make fears less frightening, ended up producing more ubiquitous dangers that SARS-CoV-2 can, perhaps, be considered an example; (ii) the greater or lesser trust placed in science, in expert and political systems, tends to influence the representations of individuals regarding their ability to deal with dangers associated

¹Professor Auxiliar no Instituto Superior Miguel Torga (Coimbra, Portugal). Investigador integrado do ICNOVA - Instituto de Comunicação da Nova (Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa). E-mail: manuel.d.menezes@gmail.com

with COVID-19; (iii) constructivist/sociocultural vs. objective/realistic risk perspectives can help understand the different behavioral attitudes (prudent vs. reckless) in the face of risks and the measures that went gradually adopted to combat them. The analysis allows us to conclude that SARS-CoV-2 embodies a typical risk profile of late modernity and highlights the influences of the problematization of security/freedom issues and the perception of risks in the actions/reactions of individuals in the context studied.

Keywords: Risks; COVID-19; Pandemic; Freedom; Safety.

Nota Introdutória

No transcurso da modernidade a ação humana evidencia uma relação pungente entre o incremento da técnica, medo e vontade de segurança – o domínio da natureza consubstanciou a resposta ao terror provocado pelo absolutismo do Real (MIRANDA, 1998). Uma ação projectualista cujo desiderato seria o aumento da segurança relativa em algumas esferas da ação humana (GIDDENS, 1990), e onde a ideia de risco foi a via encontrada pelo humano para se relacionar com o futuro, visando a sua colonização (GIDDENS, 1991, 1995a, 1999; EWALD, 1986, 1991; SPINK, 2001).

Não obstante, sabemos hoje que as sociedades modernas, no mesmo processo em que buscaram criar condições mais seguras para o humano, produziram perigos mais ameaçadores, uma experiência mediada por «incertezas fabricadas» de entre as quais o SARS-CoV-2 pode ser um exemplo. A despeito dos avanços ocorridos na esfera da segurança, a partir de finais do século XX assistimos a um aumento significativo dos discursos onde a problemática dos riscos emergiu como um dos traços cintilantes das sociedades modernas.

Assim, interessa perceber como a semântica do risco pode ser útil para a compreensão do contexto pandêmico por nós experienciado. Não descurando a essencialidade da problematização das questões conexas com a segurança vs. liberdade e o modo como as percepções dos riscos influenciam a ação do humano, buscar-se-á sinalizar algumas das mediações da teoria da «*sociedade de risco*» desenvolvida por BECK (e complementada, entre outros, por GIDDENS), com o intuito de intentar perceber, problematizar o modo como nos posicionamos, agimos e reagimos aos perigos, novidades e incertezas colocados pela pandemia.

Desde já, interessa destacar que esta teoria, ao dar conta das transformações da natureza dos riscos na modernidade tardia, revela como traços fortes da contemporaneidade não só o aumento dos riscos induzidos pela tecnociência, gerados socialmente, mas também a proliferação de uma incerteza ubíqua que coloca em causa a noção de risco enquanto algo objetivamente calculável e gera um estado de ansiedade e vigilância perpétuos.

I – Os Riscos e as suas Metamorfoses na Modernidade Tardia

Para BECK a modernidade tardia, evidenciando mutações nas suas *lógicas* e nos *riscos produzidos*, indicia a passagem da velha *Sociedade Industrial* à *Sociedade de Risco*. Esta, constituindo o resultado de um processo de modernização gradualmente autonomizado, manufaturado fortuitamente, «*não é uma opção que se possa escolher ou rejeitar. Surge através do funcionamento automático de processos autônomos de modernização que são cegos e surdos ante as consequências e os perigos*» (BECK, 1999, p. 114, 1995).

Revelando o falhanço das organizações gestoras dos riscos, encontramos-nos ante uma sociedade onde os riscos «escapam das instituições para o controle e proteção da sociedade industrial» (BECK, 1995, p. 15)².

A transição de um modelo societário para outro, plasma mutações profundas ao nível das *lógicas*. Na sociedade industrial, predominavam os conflitos de classe sustentados na produção e distribuição de riqueza/bens. Na sociedade de risco, despontam as clivagens sociais, os conflitos em torno da produção, definição e distribuição dos males/riscos gerados coletivamente:

- (i) a lógica de produção de riqueza, dá lugar à de produção de riscos;
- (ii) a consciência do risco desalojou a consciência de classe.

A sociedade industrial caracterizava-se pela frase: tenho fome! Na sociedade de risco predomina a afirmação – tenho medo! A *escassez*, a

² De acordo com esta argumentação, a sociedade de risco pode ser captada como a imagem reflexa da primeira: «a sociedade industrial contempla-se e desenvolve uma autocrítica como sociedade de risco» (BECK, 1994, p. 202, 222; cf. 1995, 1997). Tornando-se reflexiva, quebra o silêncio até aí predominante. Preocupando-se com as consequências imprevistas das dinâmicas que a perpassam, converte-se em tema e problema para si mesma. Com isto não se pretende refutar a modernidade, mas, tão-somente, sinalizar o modo como a mesma se autoconfronta com os seus dilemas.

necessidade, características da primeira, deram lugar à *ansiedade*³, à *insegurança*. O eixo estruturador da sociedade industrial não desapareceu⁴, mas as contradições contemporâneas (econômicas, políticas, culturais, ideológicas...), giram principalmente em torno da dicotomia seguro/inseguro. O risco concretiza-se como o princípio axial da organização social. De modo provocador, para BECK o medo emerge como elemento político da sociedade: encontramos-nos numa «época social onde a *solidariedade* desponta *por medo*, convertendo-se em força política» (BECK, 1986, p. 56)⁵.

Quanto aos *perfis de risco*, as metamorfoses foram, ainda, mais radicais. Na *sociedade industrial* (modernização simples), os riscos, derivando, essencialmente, de processos naturais, pautavam-se por uma elevada probabilidade vs. magnitude reduzida. Eram perceptíveis, calculáveis, localizados no tempo/espço e reparáveis por compensações econômicas. Na *sociedade de risco* (segunda modernidade, modernidade reflexiva) passam a ser, fundamentalmente, o resultado da ação humana. Plasam uma baixa probabilidade vs. magnitude elevada. São invisíveis/incertos, globais/intergeracionais e, no limite, irreparáveis (BECK, 1986, 1988).

Sinalizam uma rutura profunda para com os perigos do passado, vistos não se consubstanciarem mais, primordialmente, como golpes do destino aos quais os humanos estavam sujeitos. O salientar da origem social dos riscos⁶ ou, segundo GIDDENS, dos «riscos fabricados»⁷, por contraposição aos «riscos externos» (derivados de processos naturais, impostos pela tradição ou, em tempos mais remotos, por forças sobrenaturais), remete para um diagnóstico onde a ação/omissão humana emerge, negativamente, como propulsora prima dessas mutações.

³ Aumenta a par com o aprofundar da consciência do risco. Quanto mais clara a percepção do risco, mais vulneráveis ficamos ante a ansiedade.

⁴ As questões da escassez continuam a deter importância. Especialmente quando confrontados com uma panóplia de riscos industriais. Distanciando-se de uma perspectiva linear, explorada num primeiro momento, BECK considerou ser «excessivamente simples supor a superação da questão de classe pela ecologia; as crises ecológicas, laborais e econômicas, sobrepõem-se e, muito possivelmente, agravam-se mutuamente» (BECK, 1999, p. 36).

⁵ Para uma análise arguta dos medos contemporâneos, cf. BAUMAN (2004).

⁶ Na modernidade tardia, a responsabilização humana não se limita à produção dos riscos. Alastra-se também, de modo perverso, ao seu gerenciamento.

⁷ A partir dos anos 90, pela primeira vez na história, os prejuízos derivados dos riscos de origem social ultrapassaram os dos riscos naturais (VIRILIO, 2003).

Paralelamente, dada a transmutação de riscos localizados em riscos globais⁸ (cujos danos se desdobram por várias gerações), a experiência assemelha-se à do sujeito na praia – observa o mar, mas não consegue perceber o seu término. Os hiatos espaciotemporais entre a origem e os impactos, transmutam o acidente «num acontecimento com princípio, mas sem fim» (BECK, 1988, p. 194, 1997; GIDDENS, 1995, 1999)⁹.

Mutações, portanto, não só em termos extensivos (aumento de situações contingentes que assolam as pessoas), mas também intensivos, através dos «altos riscos de origem social» ou «riscos de grande impacto», i.e., riscos catastróficos e, potencialmente, aniquiladores da humanidade (GIDDENS, 1991, p. 100, 1995a, p. 67)¹⁰. Riscos de «probabilidade» ínfima¹¹, mas de consequências apocalípticas¹².

Uma das poucas certezas do humano é a de, a qualquer momento, poder ser surpreendido negativamente, dado a experiência plasmar um movimento que suspendeu «a morte sobre todas as vidas, deslaçando a relação essencial vida-morte que constitui a liberdade humana em torno da vida» (MIRANDA, 1998, p. 164).

Logo, para BECK, as ameaças contemporâneas distinguem-se das do passado por três ordens de razão: (i) invisibilidade/imperceptibilidade pelos

⁸ Os riscos são locais, simultaneamente locais e globais. A sociedade de risco é uma sociedade global de risco. Esta leitura, como é lógico, não pretende afirmar uma homogeneização do mundo quanto à distribuição dos riscos e ao modo como afetam as distintas regiões do planeta, pois «a primeira lei dos riscos ambientais é: a contaminação segue o pobre» (BECK, 1999, p. 8). Bauman salienta, igualmente, a tendência de os riscos viajarem «pelo globo na direção oposta à dos bens; os países ricos têm uma espantosa capacidade de vender os seus venenos aos pobres» (1991, p. 293).

⁹ MARTINS (1996) refere-se a este fenómeno como «latência dos efeitos», dando como exemplo, o hiato temporal de 20 a 30 anos, entre o contacto com uma substância cancerígena e o eventual aparecimento de um cancro.

¹⁰ Aos riscos produzidos há muito pelo homem, nomeadamente «as guerras, rutura da economia global, explosão demográfica no planeta, “tecnoepidemias”, doenças geradas por influências tecnológicas, derivadas da poluição do ar, da água ou dos alimentos», juntam-se os «riscos associados ao aquecimento global, buraco do ozono, poluição ou desertificação em larga escala» (GIDDENS, 1995a, p. 67).

¹¹ Diversos especialistas da avaliação do risco, apontam esta como uma das principais razões para o que denominam de «mentalidade irracional», histérica, «paranoia nuclear», presentes nas sociedades ocidentais relativamente aos riscos tecnológicos, sendo por isso necessário uma melhor educação do público. No entanto, pode-se contra-argumentar que, a par de todo um conjunto de desastres que a experiência recente nos tem legado, os medos expressos pelo público ou o que eles intitulam criticamente de «fobia nuclear», consubstanciam uma reação natural dos indivíduos ante a «vastíssima proliferação e difusão do modo tecnológico de viver» (MARTINS, 1997, p. 101, 1996, pp. 224-225).

¹² Para irritação dos peritos, as consequências pesam muito mais do que as probabilidades na formação de uma consciência do risco (BECK, 1986; Martins, 1997).

sentidos¹³; (ii) impacto multigeracional; (iii) incapacidade de os mecanismos seguradores compensarem as vítimas.

O referido, ajuda a perceber o porquê de, a despeito dos intentos contínuos para minorar a insegurança, os riscos da modernidade tardia colocarem em questão as promessas securitárias e de progresso que permearam a modernidade durante um lato período. Pertencemos, segundo a expressão clássica de LAGADEC, à «civilização do risco» (*apud* EWALD, 1986), uma civilização matizada por ameaças desterritorializadas.

As interconexões estritas entre inovação, desenvolvimento técnico e risco, permitem concluir que «as fontes de perigo já não se encontram na ignorância, mas no *saber*, nem no domínio da natureza deficiente, mas no seu domínio aperfeiçoado, nem na falta de ação humana», mas nas decisões e opções que têm sido adotadas (BECK, 1986, p. 237, 1994, 1995). Em suma, a «explosão de conhecimento» tem sido acompanhada por uma «explosão de ignorância» (MARTINS, 1998).

2 – Mediações dos Risco em Contextos Societários Incertos

Apesar da incerteza consubstanciar, desde sempre, um traço perene da experiência humana, na modernidade tardia ela surgiu em novos moldes. Apropriou-se do espaço anteriormente ocupado pelo mito do progresso e da fé na ciência e tecnologia. Neste contexto é de salientar a distinção estabelecida por BECK entre os «riscos industriais» e os «perigos de larga escala» característicos da industrialização tardia ou, como também o denomina, período das «incertezas fabricadas»¹⁴. A evolução semântica indicia uma apreensão mais adequada da experiência atual, mediada pela incerteza. Apesar de ambos surgirem no discurso como o produto da ação humana, o

¹³ A imperceptibilidade condiciona a politização dos riscos. Baseando-se «em *interpretações causais*, inicialmente somente existem ao nível do *saber* (científico ou anticientífico) sobre os mesmos, e no saber podem ser transformados, ampliados ou reduzidos, dramatizados ou minimizados (BECK, 1986, p.: 28).

¹⁴ O espaço de permeio, entre a sua obra de referência – *Sociedade de Risco* – e o livro publicado em 1988 – *Políticas Ecológicas*, revela uma evolução ao nível do discurso beckiano, nomeadamente quanto ao modo como os vocábulos «risco» e «perigo» são trabalhados. Para além do vocábulo perigo ser usado muito mais profusamente na segunda obra do que na primeira (o mesmo ocorrendo com o vocábulo risco, mas, de modo inverso), muitas das situações, fenômenos, eventos, num primeiro momento descritos como riscos, virão, posteriormente, a ser problematizados como perigos da civilização tecnologicamente desenvolvida ou, como o autor refere no final da obra, «civilização do perigo». Em nossa aceção, essa mutação consubstanciou-se como o elemento primordial para o estabelecimento da distinção enunciada acima.

resultado de decisões sociais, distinguem-se quanto ao modo como a incerteza é trabalhada. Os *riscos* remetem para uma insegurança, em princípio determinável, calculável. Os *perigos* «ecológicos, nucleares, químicos e genéticos», minando a «lógica social do cálculo», propugnam o «reaparecimento de inseguranças incalculáveis» (BECK, 1988, pp. 130-132, 1997, p. 84).

A questão da segurança complexificou-se. A tradição ocidental, assente na crença da possibilidade de mensuração objetiva dos riscos¹⁵, volveu-se problemática. Assistiu-se a uma gradual mutação do risco em perigo e da segurança em insegurança – o objetivo de domesticação da incerteza através do risco parece cada vez mais uma miragem¹⁶.

A despeito da sua predominância durante um lato período, dificilmente os riscos e as probabilidades podem continuar a ser captados como sinônimos. O que a revisão da literatura mostra é uma conceptualização em crescendo dos conceitos de risco e de incerteza como querendo significar o mesmo. Não obstante esta associação se afigurar, *a priori*, incongruente, a sociedade de risco plasma um contexto em que a avaliação do risco se transformou numa tarefa cada vez mais arriscada (GIDDENS, 1991).

Atualmente, quando muito, o risco pode ser utilizado *metaforicamente* como querendo significar incerteza ou, mais corretamente, *unsicherheit* ubíqua: «termo alemão que funde experiências para as quais outras línguas podem exigir mais palavras: (i) *incertezas* relativas à continuidade e estabilidade futura do indivíduo; (ii) *inseguranças* conexas com o corpo, o eu e as extensões do mesmo (posses, vizinhança, comunidade); (iii) *falta de garantias* quanto à posição, títulos e sobrevivência (BAUMAN, 1999, p. 13, 2000, p. 184). A *Unsicherheit* (e as dúvidas e medos a ela associados)¹⁷ consubstanciou-se como uma condição permanente e irreduzível da vida.

As exegeses de Martins vêm de encontro à argumentação em pauta. Pontuando a insegurança/incerteza como traços fortes do atual estágio da modernidade, preconizam a necessidade de uma crítica dos discursos onde é

¹⁵ Para uma análise aprofundada destas questões, vide MENEZES (2006).

¹⁶ Encontramo-nos cada vez mais distantes de uma visão do mundo onde não havia nenhum lugar para o acaso, a contingência ou, quando muito, somente um «espaço que repugnava à razão» (HACKING, 1990, p. 34).

¹⁷ Decorrente de um processo de privatizações várias, característico da «modernidade líquida».

desvalorizada e subsumida na categoria mais lata de risco. Com isto não pretendemos afirmar que os autores analisados não sinalizaram essa dimensão, mas, tão-somente, asseverar que o não fizeram com a ênfase devida, visto a insegurança e incerteza se consubstanciarem como elementos-chave da nossa contemporaneidade. Ao vivermos num mundo cada vez mais parametrizado pelo descontrolo, «a linguagem da incerteza é indispensável, e mais adequada que a do risco, para falar dos impactos tecnológicos/tecnogênicos e antropogênicos cada vez mais complexos, difusos e permeantes à escala planetária» (MARTINS, 1998, p. 46).

Posto isto, é mais adequado descrever a experiência contemporânea preferencialmente como sociedade de incerteza, aleatória, democracia de incerteza ou sociedade pós-cálculo do risco (DEAN, 1999). Na sociedade de risco proliferam não só os *riscos* tecnológicos, «mas também as *incertezas*, tanto quanto inerentes à natureza das coisas como fenômenos novos e de ordens de grandeza sem precedentes nos impactos sobre o ambiente, como nas nossas incertezas epistêmicas, porque não sabemos como prever ou mesmo compreender os mecanismos causais totais dos resultados do *experimentum mundi* global em curso» (MARTINS, 1998, p. 48).

Resumindo, deparamo-nos com um quadro onde a lógica do risco perdeu terreno, dada a diminuição da segurança, a erosão da eficácia probabilística, a desconfiança crescente nas tecnologias e a profusão de novos medos, ocorrer *pari passu* com um aumento da incerteza a que ninguém pode escapar. Todo o «nosso trabalho para eliminar o acidente e a contingência é pouco mais que um jogo de azar» (BAUMAN, 2000, p. 156).

3 – Riscos Mediadores da Experiência: De que Falamos?

As exegeses desenvolvidas evidenciam nuances quanto ao modo como trabalham, problematizam, apreendem os riscos/incertezas contemporâneos. Devemos, então, questionarmo-nos sobre as informações que essas matizes nos fornecem relativamente à natureza dos riscos. O que revelam para a sua compreensão? O que decorre do modo como são apreendidos, i.e., como um fenômeno real ou, pelo contrário, como o resultado de uma construção social?

As respostas são múltiplas. Nos extremos encontramos duas perspectivas limite. Ao encararem o fenômeno de uma forma diametralmente oposta, acabam por condicionar, dificultar uma análise adequada dos riscos.

Para as *ciências cognitivas*, o risco é o «produto das probabilidades vs. consequências (magnitude e severidade) de um evento adverso» (LUPTON, 1999, pp. 17-18). Para a *corrente realista*, os riscos existem, são atributos físicos, constituem ameaças reais que podem ser mensurados, aferidos cientificamente, independentemente dos sujeitos envolvidos e das suas percepções. No polo oposto, as abordagens *socioculturais* focalizam o seu interesse nos «contextos sociais e culturais nos quais os riscos são produzidos e negociados» (LUPTON, 1999, p. 24). No limite, nada é um risco em si, porquanto o risco é o resultado de olhares influenciados, filtrados por mediações socioculturais associadas a determinado contexto histórico-geográfico, i.e., o risco é culturalmente construído.

A unidimensionalidade destas leituras, por desconsideração da percepção dos riscos (no primeiro caso) ou a desvalorização das consequências danosas da sua materialização (no segundo), dificulta a compreensão da complexidade mediadora da temática em pauta.

O discurso de BECK, plasma traços das duas perspectivas. As análises de 1986, na obra *Risikogesellschaft*, enquadram uma *perspectiva realista*: apreendem o risco objetivamente. Remetendo para eventos do mundo físico, os riscos consubstanciam ameaças reais independentes de qualquer percepção/interpretação cultural: a modernidade tardia é o produto de um processo de modernização cego e surdo quanto aos perigos que visava controlar, minimizar, mas que foi fabricando profusamente.

Treze anos depois (1999), em *World Risk Society*, a abordagem patenteia uma evolução. Expressa discordância ante aqueles que os captam *unicamente* como uma entidade objetiva independente dos contextos da sua produção, e reconhece a perspectiva onde o risco é percebido, interpretado de modo subjetivo, como construção social mediada não só por reações emocionais, mas também questões políticas e valores morais.

Não as conceituando como mutuamente exclusivas, intentou minorar as dicotomias e conjugar as duas perspectivas enunciadas. Considera tanto

as ameaças concretas (águas contaminadas, destruição da floresta, perigos nucleares, novas doenças...), como os valores culturais e simbólicos condicionadores das percepções dos sujeitos e da tolerância social ante as mesmas: «os riscos são, simultaneamente, reais e constituídos pela percepção e construção sociais. A sua realidade deriva dos impactos inscritos nas atuais rotinas de produção e investigação industrial e científica. Contudo, o conhecimento acerca dos riscos encontra-se vinculado à história e aos símbolos da própria cultura (a interpretação da natureza, por exemplo) e ao tecido social do conhecimento. Esta é uma das razões justificativas do porquê de o mesmo risco ser percebido e manejado politicamente de modo tão distinto em diferentes lugares da Europa e do mundo» (BECK, 1999, pp. 227-228, 1997, pp. 85-86).

Este posicionamento intermédio entre as correntes *realista* e *sociocultural*, conduz LUPTON a enquadrar o seu discurso no *construtivismo fraco*, onde os riscos são apreendidos «como mediações culturais de perigos reais» (1999, p. 30). Buscando a conciliação entre os extremos, encontramos face a uma abordagem onde os riscos, não obstante se relacionarem com perigos objetivos, são perpassados por mediações várias – culturais, sociais – consideradas essenciais para a sua análise, compreensão e gerenciamento. Um dos aspectos positivos desta perspectiva reside no facto de ela, ao permitir um fluxo bidirecional entre os extremos, evitar que caiamos no *cientificismo puro e duro* ou no *relativismo cultural descabido*. Amplitude essa que se revela extremamente útil para a mediação das divergências – ao nível da percepção, definição, gerenciamento e enfrentamento dos riscos – entre cientistas, políticos e cidadãos.

A perspectiva de GIDDENS também é enquadrada no *construtivismo fraco*. Contudo, o seu discurso evidencia nuances que o diferenciam das exegeses beckianas. Visíveis, por exemplo, no modo como se posiciona ante a questão de saber se a experiência contemporânea plasma um aumento dos riscos. Para BECK a resposta é taxativa. A consubstanciação do mundo como um *locus* experimental das tecnologias arriscadas, redundando numa experiência perpassada por ameaças maiores do que as dos inícios dos tempos modernos

ou de períodos ainda mais remotos¹⁸. Em GIDDENS, a resposta é um... talvez titubeante. A despeito de conceituar a cultura do risco como uma das marcas da modernidade tardia, assevera que não pretende insinuar ser a experiência contemporânea mais perigosa ou ameaçadora do que a dos nossos antepassados, mas tão-somente «que o conceito de risco se torna fundamental para o modo como tanto os atores leigos quanto os especialistas técnicos organizam o mundo social. Sob condições de modernidade, o futuro é continuamente trazido para o presente através da organização reflexiva dos ambientes de conhecimento» (1991, p. 3, 110, 163, 1995a).

Para BECK, o aprofundar da consciencialização face aos riscos deve-se a uma maior exposição aos mesmos. Na opinião de GIDDENS, não existem novos e mais profusos riscos, mas tão-somente o predomínio da ideia de eles terem aumentado. Os sujeitos contemporâneos encontram-se mais sensíveis, conscientes dos riscos mediadores da experiência. No entanto, para ambos, a maior consciência do risco acaba por desafiar os discursos científicos, colocando em causa a sua pretensão a único detentor da verdade¹⁹.

Assim, por comparação a BECK, as exegeses de GIDDENS (distanciando-se da perspectiva realista) encontram-se mais próximas da teoria *cultural simbólica* de MARY DOUGLAS. Uma teoria onde o risco (dimensão cultural), é a percepção social do perigo (dimensão natural). Embora não negando a existência objetiva de riscos, ao se focarem nas influências dos contextos socio-histórico-cultural sobre as percepções, advogam não um aumento dos riscos, mas um aprofundamento da consciencialização relativamente aos mesmos.

¹⁸ Na Idade da Pedra não havia «a capacidade para aniquilação nuclear e ecológica, e os perigos plasmados pelos demônios ocultos não detinham a mesma dinâmica política característica dos perigos de autodestruição ecológica, fabricados pelo homem» (BECK, 1999, p. 35).

¹⁹ Na modernidade tardia a ciência torna-se indispensável. As escolhas são influenciadas pelos sistemas abstratos, mas, paralelamente, vê-se destituída das suas reivindicações originais de validade/verdade. Os recursos por ela disponibilizados são cada vez mais necessários, mas cada vez menos suficientes: «os destinatários dos resultados científicos – nas esferas política e econômica; nos meios de comunicação e na vida quotidiana – dependem cada vez mais dos argumentos científicos, *em geral*, mas, possuem, também, uma independência crescente relativamente aos resultados *particulares* e aos juízos da ciência no respeitante à verdade e falsidade dos seus enunciados» (BECK, 1986, p. 218; GIDDENS, 1990, p. 65; 1999, p. 16, 42).

Não obstante os discursos dos autores serem perpassados por pontos comuns²⁰ e de Lupton os incluir no *construtivismo fraco*, o que procuramos pontuar são as nuances que os perpassam. Isto é, à medida que caminhamos do discurso beckiano para o giddensiano e deste para a perspectiva de MARY DOUGLAS, dá-se um afastamento da perspectiva realista, aumenta o relativismo, aproximando-se as análises do *construtivismo forte*. Um enquadramento onde «o que é considerado perigo em um contexto histórico ou cultural pode não o ser noutro, daí decorrendo implicações quanto à forma como os conhecimentos e entendimentos sobre os riscos são desenvolvidos» (LUPTON, 1999, p. 30)²¹.

4 – COVID-19: Uma Doença da Sociedade dos Riscos e das Incertezas?

Qual efeito premonitório, numa TED Talks de 2015, BILL GATES²² colocou a hipótese de o maior risco de catástrofe global poder ocorrer não por uma explosão nuclear, mas pela disseminação de vírus altamente infecciosos que redundaria numa epidemia, para a qual não estaríamos preparados. Infelizmente, a realidade não demorou muito tempo a dar-lhe razão. Podendo-se, portanto, questionar se os sinais relativos a possíveis riscos pandêmicos foram (ou não) subestimados?²³.

²⁰ Comungam, por exemplo, da ideia de a noção de risco não só, mas também pelo facto de se encontrar profusamente difundida na atualidade, se consubstanciar como um elemento cultural e político essencial aos modos de organização e funcionamento societais.

²¹ Aqui, o risco é apreendido, no limite, como constructo mental, uma reação emocional subjetiva a fenômenos mediadores das experiências individuais ou coletivas. Caminhando no sentido de uma certa crítica do que pode ser denominado de uma posição extremada do «relativismo do risco», para Martins «dizer que não há propriamente problemas ambientais, mas só problemas sociais, que as nossas preocupações ou despreocupações com a degradação do ambiente *não têm nada a ver com o estado do ambiente*, ou a condição da natureza, mas com as nossas circunstâncias sociais, as nossas euforias e disforias coletivas, representa um dogma de cenesesia sociológica exclusiva em que as sociedades só se sentem a si próprias e nunca o mundo extra-social, o mundo fora dos textos do discurso social» (1997, p. 120).

²² Vide URL: <https://bit.ly/34XWmSE>

²³ Para MALDONADO (2020), não nos encontramos face a um perigo imprevisível. Desde há alguns anos, estudos científicos têm alertado para o facto de a presença de um grande reservatório de vírus do tipo SARS-CoV em morcegos-ferradura, em conjugação com o hábito cultural de consumo de mamíferos exóticos no sul da China, se traduzir numa bomba-relógio.

Emergência na Esfera Pública

Os primeiros casos oficiais²⁴ de infecção pelo coronavírus SARS-CoV-2²⁵ foram identificados em dezembro²⁶ de 2019 na cidade de Wuhan (China). O epicentro da pandemia COVID-19 (Coronavirus Disease 2019). Um risco localizado que, fazendo eco de uma experiência cada vez mais acelerada (PAUL VIRILIO), se transmutou rapidamente num risco, não mais circunscrito geograficamente²⁷, cujo padrão o engloba entre os riscos globais. Num contexto contingencial, uma das poucas certezas que o homem possuía realizou-se, i.e., a certeza de ser surpreso negativamente. Uma surpresa que, sem o esperarmos, mudou rápida e profundamente as nossas vidas.

Em janeiro, a OMS deu conta da circulação do vírus²⁸ e, no final do mês (encontrando-se já disseminado por 22 países), proclamou o surto de coronavírus como uma emergência de Saúde Pública de interesse internacional. A 11 de março, a COVID-19 foi declarada como pandemia, dado terem sido atingidos «níveis alarmantes de propagação e inação».

A 2 de março surgiram os dois primeiros casos em Portugal²⁹, a primeira morte ocorreu a 17 e, um dia depois, foi decretado o primeiro estado de emergência no nosso país. Todos fomos afetados por algo totalmente novo, matizado mais por dúvidas do que certezas. Um dos ciclos mais difíceis e desafiantes com que nos deparamos e para o qual, a maioria, não estávamos minimamente preparados – tempos turvos em que se querem as máscaras de pano por toda a face, em que se afogam todos os tactos em soluções de álcool, em que descansam os apertos das mãos que já não se dão, mas, em simultâneo, tempos que nos desafiam à transcendência, ao bom senso e à criatividade (GUERRA, 2020, *apud* MENEZES, 2021).

²⁴ Estudos recentes de investigadores da Universidade de Kent, levantam a hipótese da ocorrência, em novembro, de infecções esporádicas entre humanos noutros locais da China (ROCHA, 2021).

²⁵ Severe Acute Respiratory Syndrome – Síndrome Respiratória Aguda Grave.

²⁶ Num primeiro momento, associados a uma pneumonia viral provocada por um agente desconhecido, só em janeiro de 2020 começaram a ser divulgadas informações onde era referido um novo coronavírus.

²⁷ Outro dos traços das ameaças contemporâneas – a extrema dificuldade em serem contidas espacialmente.

²⁸ Os primeiros casos fora da China registaram-se na Tailândia e no Japão, seguidos de infecções nos EUA.

²⁹ No espaço de um ano, mais de 800 mil portugueses (805647) tinham contraído a doença, dos quais 16389 morreram (2%) (MARQUES, 2021).

Passados dois anos (março de 2022), os números falavam por si. O vírus disseminou-se de «modo aleatório» por ± 215 países³⁰, com cerca de 420 milhões de pessoas contaminadas e perto de seis milhões de mortes. Portugal, já tinha ultrapassado os três milhões de infectadas, com mais de vinte mil óbitos. Dados mais recentes (dezembro de 2023) apontam para mais de 700 milhões de casos (PT ± 5,6 milhões) e perto de sete milhões de mortos (PT ± 27,7 mil) (*Wikipedia*, 2022)³¹. Tal como em tempos não muito distantes, a nuvem radioativa de Chernobyl circulou impunemente de este para oeste, também este vírus se «propagou pela atmosfera»³², contaminando à sua passagem continentes inteiros³³.

Encontramo-nos perante uma ameaça em larga escala, um risco característico de uma sociedade global do risco³⁴. Uma sociedade matizada por perigos que, «não conhecendo fronteiras, são universalizados através do ar, do vento, da água e das cadeias alimentares» (BECK, 1999, p. 225). Os números permitem afirmar que, devido à insistente presença do SARS-CoV-2, atualmente a «vida é perpassada por uma precariedade essencial. A morte não se encontra mais depois da vida; [...] ela acompanha-a sob a forma do risco» (EWALD, 1986, p. 426). Este sentimento incrustou-se em muitos de nós. Principalmente, num primeiro momento, devido ao desconhecimento relativo à proteção ante o vírus, ter propugnado um medo desmedido indutor da paralisação da ação.

³⁰ Aparentando uma distribuição geográfica desigual, dado num primeiro momento se ter difundido de modo mais intenso nos países desenvolvidos (CAPUCHA, 2021). Coloca-se no presente, de um modo cada vez mais premente, a questão de saber como diminuir num futuro cada vez mais próximo, as probabilidades de um crescimento descontrolado da pandemia em países não desenvolvidos. O debate em torno da distribuição desigual das vacinas é um sinal claro do referido. Neste âmbito não será, igualmente, de descurar o referido relativamente à solidariedade global que pode despontar como corolário do medo (BECK, 1986).

³¹ Cf. URL: <https://bit.ly/36i5HVP>

³² As reflexões de Virílio relativas à velocidade e, conseqüente, aceleração da vida revelam-se úteis para a compreensão da propagação referida. Dada a correlação positiva entre o número de voos (volume de tráfego aéreo) para um território e o aumento do número de casos, a disseminação do vírus foi facilitada pelo facto de a experiência que é a nossa plasmar um processo de aceleração crescente. Induzido primeiramente pelas tecnologias associadas aos transportes e, posteriormente, à informação/comunicação, produziu um «efeito de encolhimento» global e a elisão progressiva do «espaço real». Pois, «com a aceleração não há mais o aqui e ali, somente a confusão mental do próximo e do distante, do presente e do futuro, do real e do irreal, mistura da história, das histórias, e da utopia alucinante das técnicas de comunicação» (VIRILIO, 1993, p. 39); para uma leitura similar, cf. MALDONADO (2020).

³³ A dimensão global da pandemia, não invalidou reações diferenciadas (consoante a maior/menor valorização atribuída ao risco) ao nível territorial.

³⁴ Para MALDONADO (2020), dados os seus traços pré-modernos e modernos, não é adequado apreender a pandemia COVID-19 enquanto risco característico da sociedade de risco.

Indiciando um certo esboroamento da dicotomia Eu/Outro, todos corremos o risco de contrair a COVID-19³⁵. O que, não obstante, a sua aleatoriedade, de modo algum plasma um vírus democrático. Contrariamente ao subentendido no lema «vamos todos ficar bem!», constatou-se que esta, tal como outras pandemias anteriores, não se revelou socialmente neutra. Os impactos socioeconômicos, a escala e a profundidade das dificuldades financeiras, não atingiram todos por igual (ONU NEWS, 2020; MENEZES, 2021; CAPUCHA, 2021)³⁶.

Quais as Origens: Humanas ou Naturais?

Quanto à origem do SARS-CoV-2, desde o início da pandemia até ao momento, são mais as dúvidas do que as certezas. Foram colocadas várias hipóteses. As que: (i) consubstanciando o humano como principal responsável, aventam um risco de origem social, fabricado ou antropogênico; (ii) sugerem um risco externo, uma derivação de processos naturais, um golpe do destino ao qual todos estamos sujeitos.

No primeiro caso, um laboratório de Wuhan emerge como o local provável de um acidente, decorrente de manipulações genéticas realizadas por humanos ou, quiçá, devido à infecção de um funcionário aquando da recolha de amostras do vírus em animais. No segundo, indicia-se a possibilidade do contágio por interação com uma qualquer espécie animal (doença zoonótica) e, conseqüente, quebra da barreira específica³⁷.

Sem provas concludentes e não descartando nenhuma das hipóteses, o relatório da primeira missão da OMS (liderada pelo cientista dinamarquês *Peter Ben Embareck*), apontava para uma maior probabilidade da segunda

³⁵ Logicamente, existem grupos mais vulneráveis, nomeadamente idosos, portadores de doenças crônicas e imunodeprimidos, entre outros (DOMINELLI, 2021).

³⁶ O padrão de disseminação do vírus evidencia um fluxo dos privilegiados para os vulneráveis ou, segundo a nomenclatura de BAUMAN (1998), dos *turistas*, os primeiros a serem infectados, para os *vagabundos*, aqueles que, cada vez em maior número, num segundo momento começaram a contrair a doença (cf. CAPUCHA, 2021). De acordo com DOMINELLI «globalmente, as pessoas mais pobres predominam entre os doentes e mortos na Índia, Brasil, México, África do Sul, Colômbia, entre outros» (2021, p. 9).

³⁷ Embora as suspeitas recaiam sobre os morcegos, o animal em si continua por identificar. De notar, o surgimento paralelo de narrativas um pouco para todos os gostos. Destacamos, por exemplo, a do então presidente dos EUA *Donald Trump* que, referindo-se ao agente como o «vírus chinês», advogava a sua fabricação com dolo, tendo em vista a defesa dos interesses da China.

hipótese, sinalizando, no entanto, a necessidade de mais estudos no futuro (BARATA, 2021).

Todavia, dada a ligação estrita entre risco/inação e a profusão de riscos derivados da ação humana, não mais é possível responsabilizar somente os agentes externos, pois, como nos relembra GIDDENS, a «socialização da natureza, nos dias de hoje, significa que muitos sistemas naturais primitivos [«natureza natural»] são agora produto da tomada de decisão humana [«natureza artificial»]» (1995b, p. 98). O dualismo sociedade/natureza entra em crise. A diluição das fronteiras natureza/cultura promoveram o esboroamento das barreiras de proteção ao dispor do humano³⁸.

Assim, a COVID-19, apreendida enquanto risco socionatural (MALDONADO, 2020), constitui-se como metáfora onde o humano é vítima da sua ação imprudente e devastadora do meio ambiente. As raízes dos nossos males começaram a ser plantadas por erros cometidos no passado.

Perfil de Risco

Encontramo-nos face a um vírus altamente contagioso³⁹ e com um elevado índice de letalidade, sobre o qual pouco se sabia. Desconhecia-se o seu modo de propagação, bem como as medidas para o combater. De modo inesperado, deparámo-nos com um perigo envolto num «oceano de ignorância» (BECK, 1986).

Com um período de incubação estimado entre dois e 14 dias, sabemos hoje, o vírus «transmite-se por contacto próximo com pessoas infectadas ou superfícies e objetos contaminados, [...] através de gotículas libertadas pelo nariz ou boca quando tossimos ou espirramos, que podem atingir diretamente a boca, nariz e olhos de quem estiver próximo» (MARQUES, 2021, p. 16). Ameaça omnipresente, difusa. Não produz dados, estímulos capazes de serem transformados em informação a ser processada pelo cérebro. Um risco

³⁸ A cultura secular chinesa de consumo de animais exóticos pode ser enquadrada nesta leitura. Essa tradição, em conjugação com uma baixa segurança alimentar e um fluxo de informação restrito (por motivos políticos), poderá ter contribuído para a transição do vírus entre espécies (MALDONADO, 2020; cf. DOMINELLI, 2021).

³⁹ O grau de contágio foi mudando em função das variações, novas estirpes que vão surgindo.

silencioso ou, segundo *Emmanuel Macron*, um «inimigo invisível» ao qual declaramos guerra (GUERREIRO, 2021).

Imperceptível, só se tornando detectável quando, ao se materializar, o hospedeiro começa a manifestar sintomas. Um risco típico da modernidade tardia. Em contraste com os riscos do passado, captáveis pelos sentidos (podiam ser cheirados, tocados, sensíveis ao paladar, observáveis a olho nu), os «riscos da nossa civilização subtraem-se à percepção, encontrando-se localizados na esfera das fórmulas físico-químicas» (BECK, 1986, p. 28).

Os primeiros tempos foram mediados pela ignorância, por um certo caos, comportamentos e informações titubeantes ou, mesmo, contraditórias⁴⁰. Muitas perguntas, respostas escassas. Não se sabia quais as medidas a adotar, tendo em vista a contenção e o combate deste inimigo invisível e imprevisível. Todas as esperanças passaram a recair, principalmente, no conhecimento científico⁴¹.

Ao longo destes três anos os conhecimentos científicos sobre o vírus evoluíram muito⁴². Mas, num primeiro momento, as medidas políticas adotadas na maioria dos países ocidentais passaram, principalmente, por estratégias «bastante primitivas de contenção baseadas no confinamento, por contraposição à necessidade de uma abordagem sofisticada, científica exigida pela pandemia» (MALDONADO, 2020, p. 2). Milhões de pessoas confinadas, muitas delas idosas e sós. Em Portugal houve dois grandes confinamentos, o primeiro entre março e maio de 2020 e o segundo de janeiro a março de

⁴⁰ Ante incertezas, o conceito de perito volve-se problemático. Saberes cada vez mais breves, hipotéticos, e as verdades transmutam-se rapidamente em não-verdades. Os peritos não se entendiam quanto às abordagens a adotar para mitigar os impactos da pandemia. As declarações da diretora-geral da saúde, *Graça Freitas*, são disso um exemplo. Relativamente ao uso das máscaras faciais, em março de 2020, a resposta foi negativa – «usar máscara não vale a pena, o distanciamento social é o mais importante na proteção contra o novo coronavírus. [...] Isso é que é fundamental» (*apud* ALVES, 2020). Em abril, a Direção-Geral da Saúde instituiu uma norma a recomendar o seu uso em espaços fechados ou com aglomeração de pessoas (FERREIRA, 2020). Após as intermitências iniciais, hoje, é possível afirmar que a máscara se transmutou no símbolo universal da pandemia COVID-19. Um adereço que deixou de ser obrigatório (com exceções) em finais de abril de 2022. Transformou-se num signo ambivalente, «indiciando uma suspensão parcial da autonomia e um retrocesso emancipatório. Resume um sentimento comunitário que todos iguala apesar das diferenças culturais mediadoras dos distintos contextos da sua utilização» (MALDONADO, 2020, p. 11).

⁴¹ BECK alerta-nos para o paradoxo de no mesmo processo em que a ciência/tecnologia emergem como propulsoras primas dos riscos, sentirmos necessidade delas para a identificação/compreensão dos riscos incrustados na experiência. Podendo acrescentar-se que, no decurso da modernidade tardia, nos tornamos radicalmente dependentes do conhecimento científico especializado para definir o que é e o que não é perigoso antes que nos deparemos com esse perigo.

⁴² Em menos de um ano foram desenvolvidas, aprovadas e iniciou-se o processo de vacinação contra a COVID-19. Em Portugal, a primeira vacina foi administrada a 27 de dezembro de 2020 (LUSA, 2021).

2021⁴³. Concomitantemente, foram sendo tomadas decisões políticas que, tomando por base os contributos científicos dos especialistas (reuniões regulares do *Infarmed*) e os dados macroeconômicos, procuraram gerir e mitigar os impactos socioeconômicos da pandemia.

4.1 – Ações e Reações dos Sujeitos ante a COVID-19

Como reagiram, se comportaram, foram adaptando os sujeitos à pandemia da COVID-19 e às medidas adotadas, tendo em vista a mitigação dos seus impactos? Perante cenários similares, a que se deveram opiniões/comportamentos tão diferenciados, por vezes, diametralmente opostos? Uma possível resposta poderá passar pela análise de duas dimensões, nomeadamente como a ação/reação dos indivíduos pode ser influenciada pela (i) percepção e avaliação dos riscos e (ii) o modo como valorizam, se relacionam com o binómio liberdade vs. segurança.

Os riscos são reais, podem ser objetivados ou, pelo contrário, o que se denomina de riscos é o resultado de um processo de construção social indutor de percepções várias e, subsequentes, reações? A amplitude das respostas é imensa, cobrindo toda a área que vai desde as correntes realistas às abordagens socioculturais. Uma amplitude que exige a mediação e gerenciamento de diferentes olhares – peritos, políticos e cidadãos. Quer dizer, perante a pandemia COVID-19 enquanto risco materializado, como decidir e agir quando nos deparamos com um espectro de opiniões que abarca desde a negação total da existência real do SARS-CoV2 (os adeptos da *teoria da gripezinha*), até ao pânico desmedido conducente a uma recusa da interação social?

O desafio passa por buscar «alinhamentos» entre as avaliações da ciência – racionalidade científica – e as visões dos cidadãos – racionalidade social – em relação aos riscos. Isto é, o que a pandemia COVID-19 mostrou foi a necessidade da avaliação dos riscos, até agora uma questão eminentemente científica⁴⁴, ser repensada enquanto procedimento político em permanente

⁴³ Paulatinamente houve confinamentos circunscritos territorialmente, durante os fins de semana ou períodos festivos.

⁴⁴ Note-se que os peritos não aceitam facilmente a intromissão dos leigos na sua esfera. Convém ter presente que nos encontramos face a «dois mundos» mediados por olhares profundamente distintos e

negociação com a envolvimento dos peritos e o público «leigo». Um desafio a ser assumido pelos políticos, pois o processo decisional exige o tomar em consideração das opiniões dos diferentes atores em presença. Um desafio que, como os meios de comunicação têm dado conta, para além de evidenciar um grau de dificuldade variável de país para país, foi assumido de modo distinto por diferentes governos⁴⁵.

Em Portugal as opiniões e atitudes extremamente polarizadas tiveram uma representatividade pouco significativa. As reações às medidas políticas de combate à pandemia e, posteriormente, ao processo de vacinação, pautaram-se por um comportamento cívico responsável. O medo propugnado pelo desconhecido⁴⁶ e a **confiança** na ciência, no Serviço Nacional de Saúde (SNS) e nas autoridades públicas⁴⁷, consubstanciaram-se como bons indutores de um comportamento socialmente responsável por parte dos portugueses. Em suma, a maioria respondeu positivamente ao mote – «todos somos agentes de saúde pública». O referido merece-nos, no entanto, três notas.

Em primeiro lugar, é legítimo concluir que, no decurso do período em análise, se foi assistindo a uma mutação gradual do comportamento dos portugueses. De modo geral, as medidas adotadas pelos decisores políticos tiveram uma ampla aceitação pública – os comportamentos de rejeição, disruptivos, foram extremamente residuais. Mas entre o *primeiro* e o *segundo*

onde a ação dos indivíduos sofre um processo de desqualificação a favor do conhecimento pericial. O domínio por nós detido sobre determinadas esferas da experiência tem sido trasladado para os sistemas abstratos: «muitos aspectos da vida quotidiana são esvaziados de aptidões desenvolvidas localmente e invadidos por sistemas de conhecimento especializados» (GIDDENS, 1995a, p. 81, 1990, 1991) ou, num outro discurso, o «mundo da vida encontra-se saturado de especialização – estruturado, formulado, monitorado e reproduzido. É então a técnica produzida e controlada por especialistas que constitui o verdadeiro ambiente da vida individual» (BAUMAN, 1991, p. 225).

⁴⁵ Em alguns países, o contexto pandêmico deu azo a populismos e foi instrumentalizado, servindo de pretexto ao reforço de pulsões securitárias e nacionalistas.

⁴⁶ O desconhecimento aumenta enormemente a ansiedade e o medo: «numa crise mediada por parâmetros obscuros e ambíguos, as pessoas temem o desconhecido e a incerteza» (DOMINELLI, 2021, p. 15).

⁴⁷ A confiança depositada na pericialidade traduz-se, por intermédio da «apropriação» de informação sobre os saberes especializados, nas possibilidades que a mesma possui de diminuir os riscos que nós podemos correr, na «fé no funcionamento de saberes sobre os quais o indivíduo comum é largamente ignorante» (GIDDENS, 1990, p. 68). Confiamos, porque a segurança por eles transmitida (e que nós não possuímos devido ao não domínio dos conhecimentos que a envolvem), em princípio, minora os riscos a que nos encontramos sujeitos. Consequentemente, ao transmutar-se em segurança, numa «fé» na «fiabilidade de um sistema, no que diz respeito a um dado conjunto de resultados ou de acontecimentos» (GIDDENS, 1990, p. 26), a confiança emerge como mediadora – espectral – da interação dos indivíduos com os sistemas periciais e, nesse sentido, acaba por influenciar continuamente a ação dos mesmos.

confinamento, observou-se não só uma diminuição dessa anuência, como um aumento das pressões no sentido das medidas restritivas dos movimentos, das interações, da obrigatoriedade do uso da máscara e do acesso a todo um conjunto de espaços (culturais, de lazer, diversão...), serem revistas e tomarem em consideração as consequências adversas tanto em termos sociais como econômicos.

Estas mudanças comportamentais, para além do cansaço e do desejo de regresso progressivo a uma vida normal, podem ser justificadas por um melhor conhecimento da ameaça com que estavam a ser enfrentadas e uma diminuição do medo⁴⁸, em decorrência de um maior sentimento de segurança associado à vacinação e o, conseqüente, decréscimo significativo da probabilidade de problemas graves através da infecção com SARS-CoV-2.

Em segundo lugar, e no que ao processo de vacinação diz respeito, não obstante a adesão ter sido muito positiva⁴⁹, também aqui emergiram atitudes comportamentais diferenciadas⁵⁰. Como é lógico, os movimentos antivacina não são algo de novo, mas ganharam uma importância acrescida no âmbito desta pandemia, gerando protestos em diferentes locais. Apesar de menos explícitas do que em outros países (e.g. Holanda), também em Portugal se verificaram episódios pontuais de protestos nas ruas, bem como manifestações esporádicas nas redes sociais⁵¹. Quanto às razões que podem estar na base destes posicionamentos, as mesmas, pensamos, poderão estar associadas à confiança. Quer dizer, não serão tanto as questões conexas com a literacia, mas mais a baixa, muito baixa confiança na ciência⁵² que induz à rejeição da vacina. Confiança essa, influenciada negativamente por «sentimentos populistas» e que, no caso em apreço, se traduziu no que alguns autores denominaram de populismo pandêmico (FERREIRA, 2021).

⁴⁸ Do medo coletivo, tão presente num primeiro momento.

⁴⁹ De acordo com BARROS et al. (2022), em março já tinham sido administradas 22.907.726 doses da vacina, encontrando-se 92,57% da população portuguesa completamente vacinada contra a COVID-19.

⁵⁰ Plasmam, no fundo, a correlação entre os valores pelos quais os indivíduos se pautam (enquadradores de uma determinada *weltanschauung*) e as reações ao novo, no caso a vacina contra a COVID-19.

⁵¹ Para além da disseminação de *fake news*, esse discurso revela o predomínio das teorias da conspiração relativamente ao vírus e à vacina para o combater (FERREIRA, 2021).

⁵² De notar que a vacinação das crianças evidenciou níveis de confiança menores, i.e., apesar de também nesta faixa etária ter sido, igualmente, significativa, os pais manifestaram maiores dúvidas e receios quanto a possíveis consequências adversas à inoculação.

Por fim, ao tomarmos em consideração os valores da liberdade vs. segurança, convém não esquecer em primeiro lugar que a ausência de uma ou de outra contribui para a nossa desumanização e, em segundo, que «não podemos ter as duas ao mesmo tempo, e ambas na quantidade que quisermos», porque elas são complementares, mas incompatíveis. Isto é, «a promoção da segurança sempre requer o sacrifício da liberdade, enquanto esta só pode ser ampliada à custa da segurança» (BAUMAN, 2003, p. 11, 24). Muitos, não se dando conta da essencialidade de buscar um equilíbrio, ainda que precário, entre ambas, adotaram comportamentos, reações, totalmente desproporcionados.

Num polo, encontramos todos os que, por considerarem não ser o risco de infecção justificação suficiente para a restrição das suas liberdades, desvalorizaram a segurança, negligenciam a prevenção acabando por adotar comportamentos de risco (ALLINGTON et al., 2021). Evidenciando uma sobreposição do individualismo ao altruísmo, revoltaram-se e manifestaram-se ruidosamente contra qualquer medida adotada, tendo em vista a mitigação dos efeitos nefastos derivados da pandemia. Como exemplo paradigmático desta perspectiva podemos sinalizar as manifestações ocorridas em fevereiro de 2022 no Canadá. No polo oposto, podemos observar os adeptos da segurança. Exigem uma resposta pública e responsabilizam os políticos por possíveis falhas (MALDONADO, 2020). Sacrificando a liberdade, reivindicaram uma intervenção enérgica, tipo totalitária, por parte dos governos e a necessidade de fazerem cumprir, a qualquer preço, as normas adotadas tendo em vista a proteção máxima contra a COVID-19.

Dado os excessos, ambos erraram, não podendo ser atribuída razão a qualquer um dos polos. Como é lógico, todos devemos poder desfrutar tanto de liberdade, como de segurança, mas sabendo que não podemos dispor das duas de igual modo, também nós nos devemos esforçar por fazer parte da solução, procurando colaborar através de uma ação cidadã responsável e solidária para com o outro que nos rodeia. Só todos juntos, investindo numa solidariedade e cooperação global, poderemos intentar ultrapassar o momento difícil atualmente experienciado.

Referências

ALLINGTON, Daniel et al. Health-protective Behaviour, Social Media Usage and Conspiracy Belief during the Covid-19 Public Health Emergency. **Psychological Medicine**, 51(10), 1763–1769. <https://doi.org/10.1017/S003329172000224X> 2021.

ALVES, Sandra. Graça Freitas: Não use Máscara, é Falsa Sensação de Segurança [Online]. **Jornal de Notícias**, 22-03, URL: <https://bit.ly/3scAVXb> 2020.

BARATA, Clara. Wuhan pode ter sido o ponto de chegada da covid-19 e não a origem [Online]. **Público**, 09-02, URL: <https://bit.ly/3rY42x0> 2021.

BARROS, Rui, DANTAS, Miguel & LOPES, Francisco. Como Está a Correr a Vacinação da COVID-19? [Online]. **Público**, 08-03, URL: <https://bit.ly/3qgtKMd> 2022.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e Ambivalência**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1991.

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: As Consequências Humanas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

BAUMAN, Zygmunt. **Em Busca da Política**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade: A Busca por Segurança no Mundo Atual**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

BAUMAN, Zygmunt. **Europa: Uma Aventura Inacabada**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

BECK, Ulrich. **La Sociedad del Riesgo: Hacia una Nueva Modernidad**. Barcelona: Ediciones Paidós, 1986.

BECK, Ulrich. **Políticas Ecológicas en la Edad del Riesgo: Antídotos, La Irresponsabilidad Organizada**. Barcelona: El Roure, 1988.

BECK, Ulrich. Teoría de la Sociedad del Riesgo. In: BERIAIN, Josexo. **Las Consecuencias Perversas de la Modernidad**. Barcelona: Anthropos, 1994.

BECK, Ulrich. A Reinvenção da Política: Rumo a Uma Teoria da Modernização Reflexiva. In: BECK, Ulrich, GIDDENS, Anthony & LASH, Scott. **Modernização Reflexiva: Política, Tradição e Estética na Ordem Social Moderna**. São Paulo: UNESP, 1995.

BECK, Ulrich. Le Concept de Société du Risque. **Risques**, Paris, 32, 1997.

- BECK, Ulrich. **La Sociedad del Riesgo Global**. Madrid: Siglo XXI, 1999.
- CAPUCHA, Luís. Digital Society and the Fight Against Poverty: New Skills in Social Work. In: DOMÍNGUEZ, Paula & MESA, Joaquín. **Trabajo Social Digital Frente a la Covid-19**. Madrid: Aranzadi, 2021.
- DEAN, Mitchell. Risk, Calculable and Incalculable. In: LUPTON, Deborah. **Risk and Sociocultural Theory: New Directions and Perspectives**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.
- DOMINELLI, Lena. A Green Social Work Perspective on Social Work During the Time of COVID-19. **International Journal of Social Welfare**, New Jersey, 30, 2021.
- EWALD, François. **L'Etat Providence**. Paris: Bernard Grasset, 1986.
- EWALD, François. Insurance and Risk. In: BURCHELL, Graham, GORDON, Colin & MILLER, Peter. **The Foucault Effect, Studies in Governmentality**. Chicago: University of Chicago Press, 1991.
- FERREIRA, Gil. Teorias da Conspiração em Tempos de Pandemia Covid-19: Populismo, media Sociais e Desinformação. **Comunicação e Sociedade** 40, 129-148. [https://doi.org/10.17231/comsoc.40\(2021\).3324](https://doi.org/10.17231/comsoc.40(2021).3324) 2021.
- GUERREIRO, António. Linguística Política [Online]. **Público**, 26-03, URL: <https://bit.ly/3BBLFB6> 2021.
- GIDDENS, Anthony. **As Consequências da Modernidade**. Lisboa: Celta Editora, 1990.
- GIDDENS, Anthony. **Modernidade e Identidade Pessoal**. Lisboa: Celta Editora, 1991.
- GIDDENS, Anthony. **Política, Sociologia e Teoria Social: Confrontos com o Pensamento Social Clássico e Contemporâneo**. Lisboa: Celta Editora, 1995.
- GIDDENS, Anthony. **Para Além da Esquerda e da Direita: O Futuro da Política Radical**. Lisboa: Celta Editora, 1995a.
- GIDDENS, Anthony. A Vida em uma Sociedade Pós-Tradicional. In: BECK, Ulrich, A. GIDDENS, Anthony & LASH, Scott. **Modernização Reflexiva: Política, Tradição e Estética na Ordem Social Moderna**. São Paulo: UNESP, 1995b.
- GIDDENS, Anthony. **O Mundo na Era da Globalização**. Lisboa: Editorial Presença, 1999.
- FERREIRA, Marta. Os Conselhos, as Contradições e os (Novos) Esclarecimentos da DGS Sobre o Uso de Máscaras [Online] **Observador**, 14-04, URL: <https://bit.ly/3gY5UiX> 2020.

HACKING, Ian. **La Domesticación del Azar**: La Erosión del Determinismo y el Nacimiento de las Ciencias del Caos. Barcelona: Gedisa, 1990.

LUPTON, Deborah. **Risk**. Londres: Routledge, 1999.

LUSA. Um Ano da Primeira Vacina Contra a Covid-19 [Online]. **CNN Portugal**, 14-04, URL: <https://bit.ly/3LOXjO3> 2021.

LYON, David. Surveillance Technology and Surveillance Society. In: MISA, Tom, BREY, Philip & FEENBERG, Andrew. **Modernity and Technology**. Cambridge: MIT Press, 2003.

MALDONADO, Manuel. COVID-19 as a Global Risk: Confronting the Ambivalence of a Socionatural Threat. **Societies**, Basel, 10(4), 92, 2020.

MARQUES, Marisa. **Análise da Evolução da COVID-19 com Recurso aos Modelos ARIMA**. Lisboa: UNL/FCT, 2021.

MARTINS, Hermínio. Technology, the Risk Society and Post-History. In: AAVV. **ISCSP – 90 Anos: 1906-1996**. Lisboa: ISCSP, 1996.

MARTINS, Hermínio. Risco Incerteza e Escatologia: Reflexões Sobre o *Experimentum Mundi* Tecnológico em Curso (I). **Episteme**, Lisboa, Ano 1(1), 1997.

MARTINS, Hermínio. Risco Incerteza e Escatologia – Reflexões Sobre o *Experimentum Mundi* Tecnológico em Curso (II). **Episteme**, Lisboa, Ano 1(2), 1998.

MENEZES, Manuel. **Discursos Sobre os Riscos Sociais até à Modernidade Tardia**. Lisboa: UNL/FCSH, 2006.

MENEZES, Manuel. Práticas e Reconfiguração da Intervenção com Crianças em Tempos de Pandemia. In: DOMÍNGUEZ, Paula & MESA, Joaquín. **Trabajo Social Digital Frente a la Covid-19**. Madrid: Aranzadi, 2021.

MIRANDA, José. **Traços**: Ensaios de Crítica da Cultura. Lisboa: Veja, 1998.

ONU NEWS. UNICEF diz que pandemia jogou outros 150 milhões de crianças na pobreza [Online]. URL: <https://bit.ly/353dMJZ> 2020.

ROCHA, Cátia. Primeiro caso de covid-19 terá surgido na China em outubro de 2019 [Online]. **Jornal de Negócios**, 25-06. <https://bit.ly/3JA1ICq> 2021,

ROSANVALLON, Pierre. **La Nueva Cuestión Social**: Repensar el Estado Providencia. Buenos Aires: Ediciones Manantial, 1995.

SCOTT, Alan. Risk Society or Angst Society. In ADAM, Barbara, BECK, Ulrich & LOON, Joost. **The Risk Society and Beyond: Critical Issues for Social Theory**. Londres: Sage, 2000.

SPINK, Mary. Trópicos do Discurso Sobre o Risco: Risco-aventura como Metáfora da Modernidade Tardia. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, Vol. 17(6), 2001.

VIRILIO, Paul. **A Arte do Motor**. São Paulo: Estação Liberdade, 1993.

VIRILIO, Paul. The Museum of Accidents. In: REDHEAD, Steve. **The Paul Virilio Reader**. New York: Columbia University Press, 2003.